

A Revolução Russa e os militares: um diálogo com Lênin

PAULO R. RIBEIRO CUNHA*

O coronel agradeceu e, sentando-se à mesa, serviu-se de uma xícara de chá. Em voz baixa, a fim de não magoá-lo, Baklanov explicou-me: — Sou o presidente do Comitê do Batalhão. Temos a direção absoluta, salvo para as operações. Ai, entregamos o comando ao coronel. Todos obedecem às suas ordens. Mas ele é o responsável perante o comitê. No quartel, nada pode fazer sem nos consultar. De certo modo, é o nosso agente executivo. (REED, 1980, p. 231)

Resumo

Apesar de Lênin ter operado em vários campos de reflexão em sua obra, alias, objeto de importantes trabalhos biográficos e reflexivos recentes, objetivamos com esse ensaio uma primeira aproximação no sentido de apreender através de alguns seus artigos, como o revolucionário russo enfrentou a questão dos militares na política. Uma relação conflituosa em sua trajetória, para não dizer, desafiadora, já que sua percepção teórica relacionada à problemática, vista desde o cenário da revolução de 1905. Alias, um pouco antes; é amadurecida na I Guerra Mundial e no período dos muitos processos revolucionários a destacar a Revolução Fevereiro e a Revolução de Outubro. Embora preliminar, é um enfoque necessário, e pouco explorado academicamente.

Palavras-chave: Militares; Participação Política; Revolução Russa.

Abstract

Although Lenin has operated in various fields of reflection in his work, alias, object of important recent biographical and reflexive works, we aimed with this essay a first approximation in the sense of apprehending through some of his articles, how the Russian revolutionary faced the question in politics. A conflictive relationship in its trajectory, not to mention challenging, since its theoretical perception related to the problematic, seen from the scene of the revolution of 1905, alias, a little before; Is matured in World War I and in the period of the many revolutionary processes emphasizing the February Revolution and the October Revolution. Although preliminary, it is a necessary focus, and little explored academically.

Key words: Military; Political Participation; Russian Revolution.



* PAULO R RIBEIRO CUNHA é Livre Docente em Ciência Política (UNESP-Marília).

Inicialmente para nos aproximarmos da problemática militares e a Revolução Russa, cabe antes resgatar alguns aspectos relacionados à Rússia do século XX, um país agrário em rápida transição para o capitalismo, cuja composição social era formada majoritariamente por camponeses, sempre em constante ebulição e revoltas; várias nacionalidades com reivindicações de autonomia e mesmo independência; e um operariado em formação e bem atuante nas cidades, especialmente Petrogrado. Um cenário pouco alterado até as vésperas da I guerra, em que o quadro político era de uma monarquia autocrata que entendia o czar com um poder advindo de deus, e uma nobreza atrasada, e que aos poucos declinava politicamente, embora tendo ainda considerável influência às vésperas da revolução. As instituições políticas refletiam essa composição social e dirigente, tendo a igreja ortodoxa sua parcela de contribuição ideológica e inibidora de contestação social, especialmente junto ao campesinato. Apoiado por uma burocracia civil corrupta e ineficiente; tendo o Estado em auxílio, instrumentos jurídicos de exceção como o *'Estado de Sítio'* e o *'Estado de Proteção Reforçada'*, e governando o Czar por decretos – *'Ukazes'* –; e também por uma burocracia militar, que contava com Forças Armadas numerosas e eficazes na repressão interna, porém, débeis enquanto força de combate, haja visto seu deplorável desempenho contra o Japão.

Reformas residuais como a abolição da servidão até tinham sido implementadas por Alexandre II, Czar que veio a ser assassinado, mas revertidas por seu filho Alexandre III, e confirmadas por seu neto, Nicolau II, esse último, um personagem apagado e inábil politicamente, mas principalmente, um

governante distante da realidade (muito influenciado por Rasputin, um Monge *'santo'* posteriormente assassinado pela nobreza) e totalmente insensível à miséria que grassava no país e as necessidades do povo. Com efeito, era uma monarquia que confrontava internamente qualquer manifestação reivindicatória com repressão policial ou militar, cujo monitoramento era dado pela Okhrana (a polícia secreta), tendo o último Czar operacionalizado uma política que retroagia até em políticas modernizadoras de iniciativas de seu avô, a exemplo das *Zemstva*. Instituídas enquanto assembleias provinciais em 1864, tinham em vista a administração local, tendo alguns poderes para equacionar questões de transportes, saúde, assistência, educação; porém a alteração em sua composição implementada pelo último Czar acabou favorecendo a nobreza.

Além da inquietação dos camponeses e do movimento operário, bem como das nacionalidades, a contestação ao czarismo que incluía no início do século XX a intelectualidade, setores liberais da burguesia e da nobreza¹. Pouco antes eram constituídos os primeiros partidos operários, alias muitos deles, organizados por vanguardas não russas como *Partido Social Democrata do Reino da Polônia* de 1893; em 1897 o *BUND – a União dos Trabalhadores Judaicos*; e o *POSDR – Partido Operário Social Democrático da Rússia* (REIS FILHO, 1986, p.36). Vale dizer que estas agremiações entre outras que vieram à cena, eram muito influenciadas

¹ Essas correntes tinham alguma presença política com a revista *Libertação* de 1902, seguida um ano depois pela *União da Libertação*, ambas reivindicando liberdades democráticas, e uma assembleia constituinte, e formados em 1905, os partidos *Constitucionalistas Democráticos*, mais conhecidos por Kadetes; e os *Outobristas*

por várias correntes políticas e ideológicas, destacando os *Populistas*, seguidos pelos *Anarquistas*, todas com objetivos e formas de organização diferenciadas, atuando em geral sob estrita clandestinidade, muitas delas, de bem curta existência face à repressão. Um grupo intelectual fundaria em 1897 o *Partido Socialista Revolucionário*, mais conhecido por '*Socialistas Revolucionários*', cuja intervenção no campo, possibilitará a agremiação bases consistentes junto ao campesinato. Nessa mesma década última do século XIX, é que o marxismo emergiu no cenário russo com a fundação do Grupo '*Emancipação do Trabalho*'; seguido pela formação em Petrogrado ainda em 1895, de um outro grupo, a '*União de Luta pela Libertação da Classe Operária*', tendo a frente Lênin e Martov².

Todavia, um acontecimento decisivo no plano externo marcaria as reflexões de Lênin quanto à estratégia militar, a guerra russo japonesa de 1904, e a partir dela veremos sua percepção e amadurecimento sobre a importância dos militares no processo revolucionário. A guerra teria igualmente um impacto interno e externo extraordinário para a Rússia, em face de uma potência européia ter sido

derrotada por um país oriental; mas também pelas consequências econômicas significativas sobre o conjunto da população, resultando em greves, especialmente em São Petersburgo, futura Petrogrado. Ainda em 1905, dentre os acontecimentos que iriam marcar, ou melhor, demarcar o processo político revolucionário, o primeiro ficou conhecido como o '*Domingo Sangrento*', quando uma pacífica passeata de milhares de manifestantes tendo à frente o Padre Gapon, objetivando entregar ao Tzar um abaixo assinado com reivindicações de melhores condições de trabalho, além de uma reforma agrária, o direito de greve, e a convocação de uma Assembleia Nacional, é recebida a bala resultando em milhares de mortes.

A crise política e social se aprofundou tendo reflexos na economia, agravado pelas derrotas militares como a Batalha Naval de Tsushima em maio de 1905, e que sela a sorte da guerra contra o Japão; mas não somente, despertou tensões entre as nacionalidades não russas, e revoltas entre os marinheiros de Kronstadt e Sebastopol e, não muito tempo depois em junho por uma segunda revolta, a do Encouraçado Potenkim na cidade de Odessa. A revolução sugeria estar na ordem do dia e os marinheiros sublevados colocaram em xeque a sobrevivência da monarquia; e quase ao mesmo tempo, emergia em algumas cidades uma instituição vinda baixo ou da base, '*Os Soviotes*'. O último, em Moscou, teve duração de 14 dias, sendo esmagado por tropas do exército, vindo a se constituir enquanto referência de base aos operários, camponeses, soldados e marinheiros anos depois na revolução russa.

O Tzar, em face do perigo de uma explosão social, e após negociar um

² Por fim, confluindo a este último grupo, havia 02 canais de divulgação do marxismo, o *Semanário Iskra* (a Centelha) e a revista teórica *Zarya* (Aurora) ambas surgem como reflexo de um inconcluso debate e tensões internas quanto a estratégia a ser adotada com vistas a revolução. É deste período, alias, um pouco mais, é que vem a tona em 1902, o clássico de Lênin '*Que Fazer*', advogando a tese de um partido revolucionário formado por profissionais, e que formularia uma teoria revolucionária. O debate interno teria seu curso em 1903 no II Congresso do POSDR, e nele saltaria uma divisão entre grupos ficaria exposta politicamente quanto aos objetivos e estratégias da revolução: os *Bolcheviques* e *Mencheviques*.

humilhante acordo de paz com o Japão em outubro do mesmo ano, o que significou em última instância, a renúncia a qualquer pretensão territorial da Rússia na Ásia, operou politicamente sinalizando com algumas concessões e reformas. A primeira era política, e convergia as elites russas em sua principal reivindicação, a eleição de uma Assembléia Nacional, a '*Duma Imperial*', com poderes para legislar sobre orçamento, guerra, relações exteriores, tendo uma representação classista (latifundiários, escolhem 70% dos deputados; camponês 22%; comerciantes, 15% e os trabalhadores, somente 3%), contando o Tzar com consideráveis poderes, inclusive de sua dissolução (GONZALÈZ, 1986, p. 23).

Reformas outras tiveram seu curso como a agrária, embora tímidas foi operacionalizadas com habilidade pelo então Primeiro ministro Stolipin (assassinado posteriormente) possibilitando a entrega de parte das terras aos camponeses, fortalecendo o vínculo com as comunas (Mir); e paralelamente, criando condições para o surgimento de uma camada de camponeses ricos (Kulack), a burguesia rural. Por fim, com vistas a expansão do capitalismo, implementadas reformas como uma legislação trabalhista, até então inexistente, tendo em vista uma jornada de 10 horas de trabalho diário e autorização dos sindicatos.

Uma primeira aproximação com a questão militar

Preliminares esses apontamentos, mas concernente ao objeto desse ensaio, a política e os militares, vamos ao diálogo com Lênin através de artigos e textos temáticos. Alguns desses primeiros artigos referenciam enquanto fato histórico, a guerra russo japonesa cuja derrota do império frente ao Japão o levou a algumas reflexões relacionadas

ao papel dos militares no processo revolucionário. Porém, um texto anterior ao conflito e escrito por ocasião do II Congresso do POSDR de 1903, o *Projeto de Resolução do Exército*, há uma tese sua relacionada aos militares e a política, e Lênin pontua para a necessidade de uma presença entre os militares das organizações partidárias. Em destaque, a importância de formação de grupos sociais democratas nas forças armadas, e sublinhada enquanto uma política a ser vista em todas as instâncias, objetivando a propaganda e conscientização para '*fortalecer e alicerçar todos os contatos existentes entre oficiais, sargentos e soldados*' (LÊNIN apud MARX, ENGELS, LÊNIN, 1981, p. 181).

A despeito dessa ter sido uma reflexão no exílio, após a derrota russa na batalha naval de Tsushima e a revolta do Encouraçado Potenkim, temos em 1905 uma primeira aproximação teórica mais consistente com esta problemática, e por não dizer, o momento em que Lênin confere uma especial atenção quanto a percepção dos militares na política. Em junho deste ano publicou *O exército revolucionário e governo revolucionário*, conferindo uma leitura do papel político dos militares em um processo revolucionário; subsídio importante para análises futuras. Particulariza nesse texto, além da insurreição de Odessa, a revolta do encouraçado Potenkim, magistralmente registrada anos depois em um épico do cinema na obra de Serguei Einstein. O singular acontecimento posto em destaque, é a passagem de uma unidade naval daquele porte à revolução, e os demais vasos de guerra designados para abortar a sublevação, se '*negaram-se a lutar*' (LÊNIN apud MARX, ENGELS, LÊNIN, 1981, p. 182).

Ponderou ainda neste artigo, os esforços do governo em ocultar o fato e reprimir a revolta, divulgando rumores de expulsão, inclusive de oficiais, e revelou os novos motins em outros encouraçados, e também choques armados em que parte dos soldados e marinheiros lutavam em barricadas ao lado de operários. Em sua leitura, o Tzar não mais podia contar com sua marinha de guerra; e o fato extraordinário e conseqüente, foi a *'formação de um núcleo de um exército revolucionário'*. No artigo, demonstrou entusiasmo com o processo em curso, mas avaliava que a tarefa é mostrar *'as massas'* o significado dessa nova particularidade, ou seja, um exército revolucionário. Ao mesmo tempo, não deixou de ser cauteloso, e entre as muitas tarefas, indicou a mais urgente é proclamar a insurreição e com ela, possibilitar as massas uma *Direção Militar*, um imperativo na guerra civil ou mesmo em qualquer guerra.

Nesse sentido, exército revolucionário e o governo revolucionário constituem um organismo de tipo elevado e complexo, duas faces da mesma moeda, e necessita de uma consciência cívica desenvolvida, cuja intervenção é um ensinamento prático aos desafios postos, *afinal 'O exercício imediato da direção política do povo em revolta é tão necessário para a vitória total do povo'*. Lênin recuperou Engels nesse diálogo, refletindo sobre a instituição militar (entre o reconhecimento da técnica e estratégias), e as valorizando como instrumento das massas populares, conferindo sua umbilicidade na história. Entre 06 pontos, recomendaria para a criação de um governo revolucionário, e por osmose, uma bandeira política no 02 – o armamento do povo, ressaltando que a história urge o enfrentamento dessa

questão, especialmente pela social democracia.

Esse amadurecimento é que possibilitou Lênin dar pistas pela primeira vez sobre a necessidade de democratização das forças armadas, e pouco tempo depois, temos 02 textos decorrentes dessa reflexão. O primeiro, *Forças Armadas e a Revolução*, é publicado em novembro de 1905, trazendo à tona mais uma vez o resgate das rebeliões de marinheiros em Sebastopol, mas dada à conseqüente repressão, apareceu dúvidas quanto ao sucesso da vitória, seja por um acordo parcial, ou mesmo a derrota. Um dado chama atenção nesse artigo, a quebra do sistema anterior, *'escravagista'* suas palavras, e que estaria em curso o divórcio do exército e da autocracia, embora a instituição militar não seja ainda em seu conjunto um exército revolucionário. Em que pese o anseio de liberdade a contaminar a tropa, a consciência dos soldados e marinheiros era baixa, reconhecia, admitindo por um lado que esta revolta não seja um caso isolado, muito pelo contrário, era de conhecimento de outras unidades, especialmente as da capital São Petersburgo; e por outro, despertou solidariedade na caserna, e nela a atenção para reivindicações dos militares, umas corporativas (o melhoramento do rancho e do uniforme, alojamento e soldo; além da redução do tempo de serviço militar e do horário dos exercícios diários); entre outras políticas.

'Entre as suas reivindicações, ocupam um lugar de destaque aquelas que são exigidas pelo soldado-cidadão: o direito de assistirem, fardados, a todas as reuniões, 'como qualquer cidadão', o direito de ter e ler, no quartel, qualquer tipo de jornal; liberdade completa de expressão; igualdade de direitos para todas as

nacionalidades; completa abolição da saudação aos superiores fora do quartel; a eliminação do serviço de impedidos; a supressão dos tribunais militares e a sujeição a defesa de todas as ações judiciais militares a tribunais civis; o direito a defesa de qualquer tentativa de violência por parte de um superior; o direito de apresentar queixas coletivas. (LÊNIN apud MARX, ENGELS, LÊNIN, 1981; p. 198, 199)

Ainda em sua avaliação, era hipocrisia da autocracia tsarista manter o exército a margem da política e ou sua neutralidade, na medida em que sempre houve seu envolvimento a serviço desta última. Não seria mais o caso, revela, já que a monarquia não contava mais com a simpatia por parte dos soldados na luta do povo pela liberdade, expresso no reconhecimento de um vasto movimento de militar caracterizado por motins e insurreições. E pontifica:

‘As reivindicações dos soldados-cidadãos são, na sua essência, as reivindicações da social democracia, são reivindicações de todos os partidos revolucionários, de todos os operários conscientes. A incorporação nas fileiras dos partidários da liberdade, o caminhar ao lado do povo, assegurará o triunfo da causa da liberdade e a realização das reivindicações dos soldados [...] Todas as reivindicações, em conjunto, significarão: desmantelamento do exército regular, substituição do mesmo pelo povo armado’. (LÊNIN apud MARX, ENGELS, LÊNIN, 1981; p. 199, 200.)

Um segundo artigo, o *Exército do Povo*, de julho de 1906, sustentou que as reivindicações dos soldados estavam muito à frente dos vários grupos burgueses representados na Duma; a exemplo de um regimento que apoiava a

reforma agrária; ou outro que defendia a eleição de deputados soldados com compromissos à sua causa, portanto, *‘não querem permanecer à margem da política’* (LÊNIN apud MARX, ENGELS, LÊNIN, 1981; p. 205). Afinal, entre as reivindicações, os soldados tendem claramente a acabar com um exército de elite, separado do povo; e pregam sua substituição por um exército de cidadãos com plenitude de direitos; leia-se, a destruição do exército permanente e armar o povo. Noutros regimentos, havia reivindicações políticas e democráticas, como a liberdade de reunião e associação para soldados (sem a presença de oficiais ou necessidade de autorização dos superiores); e além deles resgataram pautas corporativas (não usar uniforme fora do serviço e servir próximo da região que tem origem), sustentavam nessa agenda, o direito de eleger delegados soldados com vistas a administrar seus assuntos, tribunais de soldados para julgar próprios de seus pares, valorizando o movimento dos soldados enquanto expressão da luta e libertação.

Todavia, os tempos eram bem difíceis em face da repressão interna, e mais ainda para o Partido Social Democrata Russo, cujo ano de 1906 marca o início de um novo exílio para Lênin. Tensões quanto táticas e estratégia entre seus quadros teriam curso, aliás, crescentes, embora ocorresse a unificação dos Bolcheviques e Mencheviques em um congresso em Estocolmo, capital da Suécia, sendo os primeiros, a minoria; e conseguido a maioria em 1907. Nos anos subsequentes até a eclosão da I Guerra Mundial, a polêmica relacionada a opção em participar ou não dos limitados espaços disponibilizados pela autocracia estava posta na agenda, política qualificada por Lênin de *‘pornografia em lugar de política’*. O

resultado em 1912 é a cisão definitiva da social democracia russa, e fundado o Partido Bolchevique (GONZALÈZ, 1986. p 25).

Além desse interessante debate relacionada a Social Democracia e a complexidade dessa agenda, Lênin revelaria novos e interessantes argumentos sobre os militares. Em 05 de agosto de 1908, chamou atenção em *O Militarismo Bélico e a Tática Antimilitarista da Social democracia* (LÊNIN apud MARX, ENGELS, LÊNIN, 1981; p. 197), para o cenário de pressão ao antimilitarismo, política que ganhava foros de discussão em vários setores políticos, governos, conservadores e ‘socialistas’; entendendo que a agenda da revolução reascendia em vários países, portanto, além dessa agenda ganhar espaço entre os socialistas, trazia com ela seus equívocos. A partir das teses do Congresso de Stuttgart, conferia o militarismo osmótico ao capitalismo, utilizado o primeiro, tanto externa (face às políticas imperialistas), quanto internamente, utilizado contra o proletariado. Esse era um ponto consensual, mas a tática a ser seguida conferia divergências maiores.

Uma delas adveio da influência de Volmar e Bebel, vistas em caso de guerra, e citada com um posicionamento nacionalista de defesa da pátria; cuja contraposição é do grupo de Herve, diametralmente oposto, indicando que o proletariado não tem pátria, e a resposta a ser dada em qualquer declaração de guerra, é ‘*greve militar e a insurreição*’. Ambas as teses são por ele criticadas, vistas como posições extremas na social democracia ocidental, e dada a complexidade da questão política com a guerra, o capitalismo é o inimigo maior à ser combatido. Portanto, na questão da greve e insurreição, apoia seu argumento em Kautsky (política de boas

intenções, mas de uma estupidez heroica) e a política deve ser vista levando em conta, não a guerra ou a qualquer guerra, e sim avaliando a possibilidade de uma revolução social.

Por fim, Lênin chamou atenção nesse artigo que a propaganda antimilitarista deve ser operacionalizada com esse objetivo último, tendo em vista a revolução, e nela, há fundamento histórico em que se há bases para um outro tipo de intervenção política entre os militares, cujo exemplo é do Partido Operário Belga. Sua presença na caserna se manifestava através da propaganda dos ‘*Jovens Guardas*’, organização que contava no país com 121 grupos locais e periódicos, e somente uma de suas federações, a da Valônia, era composta de 62 núcleos com cerca de 10000 militares:

‘Além da propaganda escrita faz também uma intensa propaganda verbal: em janeiro e setembro (meses de recrutamento) realizam-se as assembléias e manifestações populares nas principais cidades da Bélgica; nas reuniões, ao ar livre, oradores socialistas explicam aos recrutas o significado do militarismo [...] A propaganda antimilitarista não se detém à porta do quartel, pois os soldados socialistas formam grupos para fazer propaganda no seio do próprio exército.’ (LÊNIN apud MARX, ENGELS, LÊNIN, 1981; p. 197.)

De certa forma, Lênin via essa política como exemplo de democratizar as instituições militares, e não era caso único, sinalizou para variadas formas de organização e intervenção entre os militares na França, Suíça, Áustria entre outros países. Portanto, essa leitura remete a uma intervenção política concreta e para criticar essas duas alas, ressaltou que se deve ter em vista o

interesse de classe do proletariado e sob esse ponto de vista, recorre ainda a argumentos de Rosa Luxemburgo, leia-se, pautando essa política frente ao cenário internacional.

A Primeira Guerra e a reavaliação de alguns pressupostos

A polêmica entre os Mencheviques e Bolcheviques teria seu canto do cisne com a emergência da I Guerra Mundial. Os primeiros, ao mesmo tempo em que se manifestavam pela paz sem anexações, apoiaram a guerra, e se posicionando na linha de que o exército russo deveria estar em combate enquanto perdurasse o conflito; posição contrária a dos Bolcheviques. Esse movimento nacionalista na Rússia não foi um caso isolado, e sim similar nos demais países europeus, inclusive, trazendo movimento operário e seus respectivos partidos sociais democratas a causa nacional, em que a maioria apoiou com entusiasmo o conflito, valorizando o nacionalismo e colocando em um distante segundo plano, o internacionalismo.

Um dos objetivos do Tzar em ir a guerra era o controle efetivo dos Balcãs tendo em vista o acesso ao mediterrâneo; mas internamente, e talvez fosse o objetivo maior, fosse galvanizar o povo em torno da monarquia e em defesa da pátria. Uma agenda de doce ilusão, ou melhor, uma amarga desilusão. A Rússia contava em campanha com um considerável efetivo de 08 milhões de soldados, e não obstante algumas vitórias pontuais táticas na fase primeira da guerra, levando Nicolau II a acreditar que o conflito estaria finalizado em poucos meses, cujo epílogo seria a entrada de seus exércitos em Berlim; o fato é que país não tinha condições econômicas e nem capacidade industrial para enfrentar uma guerra moderna. Em poucos meses, o exército russo sofreria

grandes derrotas militares e perdas de quase um milhão de soldados, entre mortos e feridos, cujas conseqüências resultaram em greves e uma desesperadora crise no abastecimento, bem como rebelião de soldados, que inclusive se recusavam a atirar contra o povo (REIS FILHO, 1986, p. 39; GONZALÈZ, 1986, p. 27).

O cenário era de revolução e ganhava visibilidade em face de estar configurado na Rússia um quadro de anomia. A despeito de algumas infrutíferas tentativas do Tzar em contornar a situação de caos, crise econômica, política e militar, assumindo ele próprio o comando das operações militares; ou removendo Primeiro ministros, ministros, ou tardiamente optando por retornar a Petrogrado, sem sucesso; dado o cenário de crescentes revoltas entre os camponeses e greves operárias, seguidas da amotinação de parte considerável dos exércitos e da Armada; a queda do regime era somente uma questão de tempo. Em fins de fevereiro com a adesão dos soldados dos principais regimentos à causa da revolução, prendendo inclusive os oficiais, Nicolau II é forçado a abdicar. Após uma breve e malsucedida manobra da burguesia com objetivo de continuidade dinástica e estabelecer no trono o Grão-Duque Miguel através da Duma, ocorre a queda Monarquia.

Lembraria Trotsky que a Revolução de Fevereiro foi desencadeada sem a efetiva condução central ou uma vanguarda, mas sim, como, foi expressão de uma revolução anônima que tinha à frente centenas de lideranças sociais disseminadas pelo povo (REIS FILHO, 1986, p. 46); seguido meses depois pela subsequente Revolução Proletária em outubro de 1917. Contudo, além do cenário de caos econômico, a revolução encontraria

uma Rússia politicamente dividida em vários partidos, os Bolcheviques e Mencheviques, e os Socialistas Revolucionários, estes últimos com forte influência no movimento camponês.

O *Governo Provisório* formado logo após era constituído em grande medida pelos liberais kadetes e apoiado por uma *Duma* eminente burguesa, e que tinha a frente a administração pública; relações exteriores e a guerra; e ao mesmo tempo, enquanto expressão maior de um poder de base e resgate da experiência de 1905; é formado o *Soviete de Operários, Soldados e Camponeses*, que controlava os transportes; abastecimento, serviços e a gestão das instituições civis e militares. Fundamentalmente, era o espaço em que os vários partidos disputavam o poder, na medida em que eram constituídos por representantes dos trabalhadores e também membros das forças armadas. Havia um reconhecimento mútuo de ambas as instituições quanto a uma legitimidade advinda desse contexto revolucionário e aceitação conflituosa desse modus operando; tanto é que, durante 08 meses até a revolução de outubro houve uma *Dualidade de Poderes*, embora as forças políticas tinham em vista uma futura *Assembléia Constituinte* para dar forma final a um novo arcabouço político e institucional.

Lênin advogava a formação de um governo operário camponês, e nos meses subseqüentes, não obstante os bolcheviques serem pouco expressivos politicamente, definiam em um de seus primeiros manifestos, o proletariado e os exércitos revolucionários como heróis da revolta; e talvez entre as muitas questões importantes postas na agenda, a guerra e a outra o papel do exército. Entre as das medidas

promulgadas pelos Sovietes, uma determinou que as forças armadas estivessem subordinadas a esta instituição, e não a Duma e ao governo, e as armas deveriam estar em poder dos soviets internos de cada companhia, sem direitos dos oficiais sobre elas, bem como a abolição de todos os tratamentos hierárquicos ou formas reverenciais fora de serviço, e a escolha dos oficiais.

Apesar dessa aparentemente *Dualidade de Poderes*, o poder era uno, tinha rosto e endereço, *Os Sovietes*, mas ainda havia muitas tensões relacionadas a questão militar, e a operacionalização dos poderes advindos do processo revolucionário. Uma delas era eminentemente política, e não fora devidamente equacionada, implicava na dubiedade sobre de quem de fato comandaria o exército e a esquadra, o Alto Comando anterior, o Soviete ou o Governo, ou aos Soldados (GONZALÈZ, 1986. p. 41). É desse período da revolução é que seria formada uma instituição militar cujo papel seria determinante meses depois na Revolução de outubro, e uma feição realmente bolchevista, a *Guarda Vermelha*. Composta de operários e trabalhadores industriais chegaria ter 10.000 homens e com ramificações em várias cidades; era milícia, bem na linha de argumentação posta por Lênin, embora pudesse ser caracterizada como força de combate profissional, e sequer tido algum treinamento (JUSTO, 2014 p. 182).

Em viagem de trem na volta do exílio na Suíça à Petrogrado (antiga São Petersburgo), a questão militar já estava posta por Lênin em novos textos, e nesse circuito escreveria suas conhecidas *Teses de Abril*, uma reflexão com diretrizes aos bolcheviques, tendo o lema *todo poder aos soviets*, noutras palavras, tendo em vista a tomada do

poder pelos *Soviets*. A proposta denunciava a política do governo provisório e enunciava a guerra como '*burguesa e capitalista*' propondo a retirada da Rússia do conflito tendo como pilares dessa agenda, a '*Paz, Terra, e Pão*'. Relacionada a questão militar, propõe uma agenda ousada pautada na experiência da Comuna de Paris, a *substituição do exército permanente pelo armamento geral do povo*, e além dessa tese, a destituição do governo provisório, o controle da produção dos operários, a nacionalização das terras e dos bancos, e assegurou a vitória de suas teses pouco depois na Conferência da fração Bolchevique do POSDR.

Entretanto, sua reflexão, para não dizer polêmicas, e maturação relacionada aos militares teve seu curso, e em de abril de 1917, um artigo intitulado *Sobre a Milícia Proletária*, remetia para a necessidade de criação de milícias operárias (até paga pelos capitalistas, ou seja, devem pagar as horas e dias que estes consagram ao serviço público) e valorizou mais uma vez os *Soviets* como expressão de democracia; um significado '*gigantesco*' suas palavras, seja do ponto de vista prático quanto teórico, e que possibilitaria assegurar o êxito da revolução e suas conquistas. Retomou o programa mínimo da Social Democracia com a proposta do armamento geral do povo e nesse momento revolucionário, era um imperativo essa política, com vistas à substituição da polícia e do exército. Portanto, é necessário que os soldados e operários se incorporem à milícia, recorrendo mais uma vez aos ensinamentos de Marx e a experiência da Comuna.

A rigor, o poder e a capacidade de manobra do Governo Provisório e da burguesia erodia a cada dia, e ao mesmo

tempo eram gestadas alternativas à esquerda, como as de maio do mesmo ano com o *I Congresso dos Comitês Agrários Camponeses*. Os bolcheviques eram francamente minoritários; mas suas teses, postas em um contexto de dezenas de rebeliões camponesas, resultaram em deliberações relacionadas a democratização da terra e os camponeses realizavam a reforma agrária na prática, a ferro e fogo. A polêmica sobre os novos rumos ainda teve seu curso em junho no *I Congresso dos Soviets, Operários e Soldados*, e desta feita, a maioria de cadeiras é conquistada pelos Socialistas Revolucionários e Mencheviques, e os bolcheviques, a minoria. Compunham a metade dos delegados de cada agremiação, e Lênin resgatou mais uma vez as *Teses de Abril*, pontuando a necessidade de um estado tipo *Comuna* e a substituição do exército e da polícia pelo armamento geral do povo.

Concomitantemente ao agravamento da crise política e econômica, o Governo Provisório decidiu desencadear uma nova e uma última ofensiva geral contra os alemães, propondo enquanto política a centralidade da questão da guerra com objetivo de superar a crise interna. Condenada a priori pelos bolcheviques, cuja palavra de ordem era '*todo poder aos soviets*', a situação que já beirava ao colapso, piorou ainda mais, especialmente após o fracasso dessa ofensiva militar. Curiosamente, ainda que por pouco tempo, o Governo Provisório ganhou certo fôlego com nomeação Kerenski, a expressão mais influente do trabalhismo russo. Além da defesa da revolução, sua política tinha por objetivo a continuação da Rússia na guerra, mas tudo indicava que expectativa dessa nova composição no governo, que incluía Mencheviques e os Socialistas Revolucionários, era ganhar

tempo para futura Assembléia Constituinte à ser realizada em outubro.

Às vésperas da Revolução, Lênin teve mais uma vez que ir para o exílio na Finlândia, mas a revolução estava no horizonte próximo. Exilado, escreveu em setembro de 1917, um de seus clássicos mais conhecidos, *O Estado e a Revolução* dialogando mais uma vez com Marx e Engels, e recupera valorativamente a *Comuna de Paris*, além de polemizar criticamente com os anarquistas e vários intelectuais da segunda internacional, a exemplo de Kautsky. Mas salta nessa leitura a necessidade de destruir a máquina estatal (posição seria posteriormente reavaliada), e uma reflexão sobre o exército e na questão do Estado, no caso, a *Ditadura do Proletariado* como expressão de uma verdadeira democracia.

É dessa época que temos um escrito referencial sobre militares e a política, escrito antes em 1916 mas publicado somente em 1917, *O Programa Militar da Revolução Proletária* (LÊNIN apud MARX, ENGELS, LÊNIN, 1981). É um texto paradigmático e que emerge no *olho do furacão*, sugestivo de uma amadurecimento relacionado a temática, trazendo a tona algumas controvérsias, entre elas, a real efetividade da atuação comunista nas forças armadas russas. De certa forma, essa ainda é uma polêmica contemporânea, cuja efetividade vista como residual pelo historiador militar Geoffrey Jukes (1979); contrapondo numa linha diametralmente oposta, a reflexão de Von Hagen (1984); ou a mais recente de Justo (2014).

Inicialmente sua reflexão contradiz a tese de setores da Social Democracia valorizando a milícia (a burguesa e não a proletária) e o armamento do povo, contestando a leitura imperialista da

guerra subsumida por uma simpática tese de defesa da pátria; e avaliou o desarmamento enquanto reles oportunismo, suas palavras. Lênin contraria ponto a ponto todas essas questões, iniciando com relação ao desarmamento, e chamou atenção de os socialistas serem contra toda a guerra (salvo se deixarem de ser socialistas), e além de uma análise histórica consubstanciada numa reflexão teórica, dialogando por exemplo com Clausewitz, que é uma referência no conjunto de sua obra. O reajuste de foco de sua tese, passou a ser uma guerra entre oprimidos e opressores cuja legitimidade conferia a guerra como justa; outras, vistas como progressistas e úteis a do desenvolvimento da humanidade, portanto, não podem ser condenadas.

Não por outra razão confere a tese sobre a necessidade e a legitimidade das guerras civis e conseqüentemente, das guerras revolucionárias, a despeitos de serem penosas, sangrentas e dolorosas, bem como a percepção do papel revolucionário do campesinato, lembrando a revolução francesa e seus reflexos naquela conjuntura de débacle da Rússia czarista. Outro ponto importante nesse diálogo com *O Programa Militar*, é a necessidade de armar o proletariado contrariando mais uma vez a tese do desarmamento, e demolindo a tese de que mesmo nas repúblicas democráticas como a Suíça, que tem uma milícia, essas não servem a burguesia contra o povo, e com ela, a tese de desarmamento.

Lênin recorre enquanto fundamento uma vez mais a 02 fatos históricos universais, o papel dos *trusts* e do trabalho das mulheres nas fábricas e a Comuna de Paris de 1871, além da insurreição de Dezembro de 1905 na Rússia. A partir desses apontamentos,

pontua que os partidários do desarmamento pronunciavam-se contra o ponto programático do «armamento do povo», e para fazer frente a situação militar; não por outra razão, retomou no artigo a valoração da milícia numa perspectiva de classe, a proletária; na medida que seu contrário, milícias, pautada nos exemplos históricos por ele elencados, indicam sua configuração burguesa seja nos Estados Unidos, Suíça e Noruega.

Por essa concepção Social Democrática, *Milícias* tem por significado, a ‘prussificação’ e ‘prostituição’, um modelo que é distanciado de seu caráter popular, utilizada conjuntamente com tropas regulares contra os grevistas, trazendo a tona uma reflexão democrática para valoração das forças militares, mas que será objeto de reavaliação posterior face às necessidades de consolidação da Revolução Russa. Esse é um ponto, mas no caso da especificidade que nos interessa diretamente, temos o desafio de apreender como ele enfrentou a questão dos militares como atores políticos na perspectiva de um novo tipo de formação militar advinda de um processo revolucionário. Para ele:

‘Nós podemos reivindicar: a eleição dos oficiais pelo povo, a abolição de toda a justiça militar, a igualdade de direitos dos operários estrangeiros e nacionais (um ponto especialmente importante para os Estados imperialistas que, como a Suíça, exploram em número cada vez maior e de modo cada vez mais desavergonhado os operários estrangeiros, deixando-os privados de direitos), mais: o direito de, digamos, cada centena de habitantes de um dado país formar livres uniões para o estudo de toda a arte militar, com a livre escolha dos instrutores, com o pagamento do seu trabalho pelo erário público,

etc. Só em tais condições o proletariado poderia estudar a arte militar efectivamente para si, e não para os seus escravizadores, e os interesses do proletariado exigem indiscutivelmente esse estudo. A revolução russa demonstrou que qualquer êxito, mesmo um êxito parcial do movimento revolucionário — por exemplo, a conquista de uma determinada cidade, de uma determinada povoação fabril, de uma determinada parte do exército —, obrigará inevitavelmente o proletariado vitorioso a realizar precisamente tal programa.’ (LÊNIN apud MARX, ENGELS, LÊNIN, 1981; p. 218)

Além de vários e ousados apontamentos relacionados aos militares e a política, *O Programa Militar da Revolução Proletária* marcaria um posicionamento crítico, e que em última instância, conferia a autópsia da II Internacional. E sugeria enquanto política, embora não utilize o conceito, a democratização das instituições militares, e um instrumento para consecução dos objetivos revolucionários, o partido operário, e ainda assim Lênin recorreu a metáforas militares. Havia uma percepção realista e objeto de reavaliação ao confrontar seus partidários numa situação política dolorosa que os bolcheviques tiveram de enfrentar, e não foram poucas, inclusive levando o Partido Bolchevique a realizar seu VI na clandestinidade.

A revolução na ordem do dia

Lênin mais uma vez advogava a tese de insurreição armada, e a palavra de ordem ‘*Todos o Poder aos Sovietes*’, substituída para ‘*Todo o poder aos Operários e Camponeses*’, e que em última instância, era um passo à frente aos Sovietes enquanto política de assalto ao poder. A despeito da convocação do II Congresso dos

Soviets para 20 de outubro, e muitas as divergências internas quanto à oportunidade ou não dessa medida; o dado novo é que havia uma leitura consoante dessa linha '*bolchevique*' junto aos Soviets, particularmente ao tomarem consciência de seu poder. Em última instância, uma política que refletia o aprendizado e a '*força das massas*' nessa fase da revolução russa, ou seja, numa concepção à esquerda do Governo Provisório ou a Duma (BESANCENOT, 2016, p. 108).

Aliás, estas últimas instituições tinham que lidar com graves fissuras internas em sua base em sua base de sustentação, enfrentando reações como iniciativas golpistas fracassadas com vista uma ditadura burguesa, a destacar a do General Kornilov, e que colocou em xeque o governo provisório de Kerenski. Apesar da derrota de pusto militar, cujo resultado foi a formação de um novo gabinete, mas dada a impopularidade do governo e a crise econômica e social com a guerra, o fato político relevante e conseqüente é maioria obtida pelos bolcheviques nos Soviets de Petrogrado (Trotsky é eleito presidente) e de Moscou, e face à nova composição de forças, o questionamento se deveriam ou não tomar o poder.

A posição de Lênin é pela tomada do poder e seria uma posição vitoriosa no Comitê Central, ocorrendo a militarização do Partido Bolchevique e com ela, às vésperas da revolução, a criação de um Comitê Militar sob a direção de Trotsky, tendo apoios de uma facção à esquerda dos Socialistas Revolucionários, todos em tese, submetidos ao Soviets. A tese insurrecionalista que ganhava corpo foi reforçada com a adesão dos regimentos mais poderosos do exército e os navios da marinha, todos muito sensíveis a

palavras de ordem '*Pão, Paz e Terra*'. O conflito armado era inevitável, e por um lado, Kerenski ainda procurava soldar novas alianças políticas e apoios em algumas guarnições militares, ordenando o fechamento do jornal *Soldat* e a prisão dos líderes bolcheviques, inclusive Lênin; por outro, o Comitê Militar atuava em sentido contrário, liberando o jornal e se outorgando como o único responsável pelas diretivas militares em Petrogrado. Com a adesão dos soldados e marinheiros à revolução e os tiros do '*Cruzador Aurora*' anunciando a insurreição, aos poucos, as principais instituições de governo (central telefônica, correios, terminais de estrada de ferro) vão caindo nas mãos dos bolcheviques, seguida da conseqüente tomada do palácio de Inverno. A tomada do poder ocorreria quase sem baixas; com pouco mais de uma dezena de mortos, porém, a consolidação da revolução seria uma outra história.

Na verdade, a revolução era um fruto maduro à espera de ser colhido, e a despeito de reações em contrários, e foram várias naquela ocasião, inclusive com o questionamento da legitimidade daquela ação política insurrecional ou golpista, Lênin emergiu como líder incontestado e, sob aplausos na tribuna do Congresso dos Soviets, declarou que era o momento de passar a edificação do socialismo. Oficialmente, o novo governo é denominado *Governo Operário Camponês*, e no plano interno, uma das primeiras medidas promulgadas foi a abolição da propriedade privada da terra (dos grandes proprietários e da igreja); e posta na agenda, a futura Assembleia Constituinte. No plano internacional, aboliu a diplomacia secreta, publicando os acordos secretos assinados pelos governos, e enviou uma proposta de armistício e com ela, um apelo de Paz.

Ao mesmo tempo, alias poucos dias depois após o triunfo da revolução, ocorre em fins de novembro as eleições para a Assembléia Constituinte e no computo geral, os socialistas revolucionários obtiveram 58% dos votos, os bolcheviques, 25%, e os mencheviques somente 4%. A Rússia estava mais uma vez dividida; e os primeiros e últimos juntos, como antes teriam 62%, e os partidos da ordem 13%. Porém, havia nuances a serem consideradas, já que os socialistas revolucionários eram majoritários entre o campesinato; e os bolcheviques entre o proletariado industrial; no exército e a marinha, os números se aproximavam e os SR tiveram 1800000 votos, seguido dos bolcheviques com 1700000; mas a maioria era bolchevique nos regimentos próximos as capitais e na frota do báltico (GONZALÈZ, 1986, p. 79). Um cenário que inegavelmente próximo de uma passagem de Reed (1980, p. 239) quando expôs em seu clássico que *'em sua maior parte, os oficiais do Exército não são bolcheviques, mas sim, como eu, democratas, mas opinam que se deve seguir a massa dos soldados.'*

Entretanto, a assembléia seria fechada pouco tempo depois, e questionada em sua legitimidade sob o argumento de que seus membros foram eleitos a partir de listas eleitorais anteriores a revolução, portanto, listas que não refletiam a nova realidade socialista. A manobra aguçou as contradições no front interno, e paralelamente, além de reações militares não muito distantes de Petrogrado, seja com Kerenski à frente logo após sua queda; ou em curso a organização dos contra revolucionários, tendo a frente generais, almirantes da velha guarda imperial em um movimento amplo ao sul e em outras partes do país. Noutras palavras, a guerra civil já se adivinhava em um horizonte nada distante.

Dado o impasse, em questão e que se apresentava na agenda política os desafios postos à revolução tendo em vista a consolidação do poder soviético, alias, desafios em nada descolados da conjuntura internacional, como também tendo em conta a crítica situação interna da Rússia. Primeiramente, a agenda levou a urgente necessidade de reajustar a política no sentido de propor uma trégua aos alemães, configurada enquanto resposta a um futuro tratado de paz. As negociações se desenvolveram em duas fases, ambas com um intervalo de poucas semanas, e em planos extremamente conturbados. Internamente havia complicações e divisões entre os próprios bolcheviques quanto ao grau de concessões admissíveis aos alemães; e havia àqueles que entendiam que não deveria haver negociação alguma, e sim a continuidade da guerra. Mesmo assim, em encontros na cidade de *'Brest Litovsk'*, e tendo à frente Trotsky, se desenrolaria o confronto entre duas visões do drama social e histórico em um jogo político delicado, em que a exigência de paz à Rússia e a revolução era um imperativo, particularmente aos esgotados e desmoralizados soldados nas trincheiras.

A proposta inicial de Trotsky era uma singular fórmula de *'nem paz nem guerra'*, tendo em vista não afrontar o operariado europeu, que possivelmente visualizaria uma paz em separado como suspeita de compromissos escusos com a Alemanha; mas não assinar a paz, poderia significar a continuidade da guerra e a ocupação de Petrogrado. Essa foi uma questão polêmica e inconclusa, e a negociação logo cairia por terra dada a recusa alemã, tendo por resposta ao impasse, a retomada de operações militares ofensivas. Em março de 1918, houve finalmente a assinatura do tratado de paz tratado, e o resultado dessa

segunda versão vista por Lênin como um tratado de submissão, ou melhor, expressão de uma “*paz vergonhosa*”. Era, no entanto, uma trégua necessária na expectativa que ocorressem processos revolucionários pela Europa; e por outro, consolidar a frente interna, viabilizando condições para enfrentar os *Exércitos Brancos*, coligação cujo objetivo era a derrota da revolução.

A guerra civil era o segundo ponto necessário a consolidação da revolução, cuja vitória significaria por extensão, a consolidação do poder bolchevique. Ao mesmo tempo em que vastos setores políticos e militares internos se mobilizavam contra a revolução, e uma intervenção externa adveio em apoio aos *Exércitos Brancos*. França e Inglaterra desembarcaram tropas no norte da Rússia, seguida pelos japoneses em Vladivostoki no extremo oriente, e também os americanos e contingentes tchecos, somente para citar alguns dos 21 países que intervieram militarmente nesse processo revolucionário russo. A reação veio de várias formas, uma delas, com a criação da *III Internacional* em 1919 que tinha em vista a leitura de que a revolução estaria madura nos demais países europeus, e, portanto, havia a necessidade de uma organização em apoio e fomento a esses processos. Mas a despeito de algumas erupções revolucionárias na Alemanha, Hungria, Itália, a revolução européia não ocorreu como planejado; noutras palavras, a Revolução Russa estava isolada e teria que caminhar com as próprias pernas. A outra, internamente, foi estabelecer enquanto resposta militar aos *Exércitos Brancos*, e nesse sentido, é que decorre enquanto prioridade, o Exército Vermelho, vindo em seu bojo, a militarização da sociedade russa, política mais conhecida por *comunismo de guerra*, recebendo Trotsky a tarefa de sua organização.

Houve várias polêmicas quanto à esta política, afinal, se o Exército Vermelho veio a ser uma instituição formada entre o choque de concepções ‘*ideais e imposições*’ (JUSTO, 2014, p. 154); estava por outro lado, absorvendo de forma crescente praticamente tudo daquilo que restou do parque industrial russo e dos poucos recursos disponíveis. Mas não somente, Lênin percebeu que o idealismo revolucionário ou milícias, não eram suficientes para operar uma força de combate em uma guerra moderna, portanto, apoiou uma medida controversa, a incorporação de milhares de oficiais tzaristas às fileiras do Exército Vermelho, com todas as ressalvas, sobretudo, cautela. No artigo *Atitude Frente aos militares Profissionais*, ponderou sobre o tema e dada a preocupação quanto a lealdade desses novos quadros, com ela, adveio uma política relacionada ao exército com a instituição do *Comissário Político*; resultando em conflitos operacionais já houve dualidade de comando (LÊNIN apud MARX, ENGELS, LÊNIN, 1981; p. 218)

Controvérsias à parte, a política implementada a ferro e fogo foi bem sucedida e a revolução estava vitoriosa. Após 03 anos da tomada do Palácio de Inverno e finalizada a Guerra Civil em 1921, porém, a herança econômica e social de 07 anos de conflitos interno e externo impunha ao país novos desafios à construção da ordem socialista. Não por outra razão, uma nova política econômica com reflexos na questão militar entraria na agenda nacional, posta como um imperativo e uma justificativa de uma necessária reorientação com vista à profissionalização e que se seguiria na próxima década, alias, política, ao que tudo indica, afiançada por Lênin, embora doente, e que morreria bem

pouco tempo depois, em 1924. Esse, no entanto, é um outro debate.

Referências

BESANCENOT, Olivier; LOWY, Michael. **Afinidades Revolucionárias: nossas estrelas vermelhas e negras. Por uma solidariedade entre marxistas e revolucionários.** São Paulo: Editora Unesp, 2016.

CARNEIRO, Luiz Augusto. **Estatismo e antiestatismo em Lênin: O Estado e a Revolução nos debates do seu tempo.** Dissertação em Ciências Sociais apresentado ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, 2017.

GIAP, Nguyen Giap. **Armamento das Massas Revolucionárias. Edificação do Exército do Povo.** Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/giap/ano/ar/ma/cap01.htm>

GONZALÉZ, Horácio. **A Revolução Russa.** São Paulo: Editora Moderna, 1986.

GOMES, Oziel. **Lênin e a Revolução Russa.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

KIPP, Jacob W. **Lenin and Clausewitz: The Militarization of Marxism, 1914-1921.** Disponível em <https://www.clausewitz.com/bibl/Kipp-MilitarizationOfMarxism.pdf>

HOBSBAWM, Eric. **Globalização, Democracia e Terrorismo.** São Paulo: Cia das letras, 2007.

JUKES, Geoffrey. **Desastre nos Cárpatos – 1916: fim do exército russo.** Rio de Janeiro: Rennes, 1979.

JUSTO, Saymon de Oliveira. **Trotsky e a Formação do Exército Vermelho.** Curitiba: Editora Prisma, 2014.

LÉNINE, V. I. **O Programa Militar da Revolução Proletária.** Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/09/programa.htm>

_____. **O Estado e a Revolução -** disponível em <https://pcb.org.br/portal/docs/oestadoearevolucao.pdf>

_____. **As Tarefas do Proletariado na Presente Revolução (As Teses de Abril),**

disponível em <https://pcb.org.br/portal/docs/astesesdeabril.pdf>

LÉNINE. **Biografia.** Lisboa: Edições Avante; Moscovo: Edições Progresso, 1984.

Lênin: **Política**/organizador [da coletânea] Florestan Fernandes; [tradução Carlos Rizzi]. São Paulo: Ática, 1978.

LÉNINE: **teoria e prática revolucionária.** Anderson Deo, Antonio Carlos Mazzeo, Marcos Del Roio (Organizadores). Marília: Cultura Acadêmica, 2015.

MARX, ENGELS, LÊNIN. **Escritos Militares.** Rio de Janeiro: Global Editora, 1981.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes. **Lenin e Clausewitz: uma leitura sobre a revolução e a guerra.** Disponível em http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao5/Rodrigo_Passos.pdf

PLOKHY, Serhii. **O ultimo Império: os últimos dias da União Soviética.** São Paulo: Leya, 2015.

REED, John. **Os dez dias que abalaram o Mundo.** São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução Russa 1917-1921.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

RODRIGUES, Leônicio Martins. **Lenin: o partido, o Estado e a burocracia.** Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451988000200005

SALEM, Jean. **Lênin e a Revolução.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A Política Armada: fundamentos da Guerra revolucionária.** São Paulo: Editora Unesp, 2000.

VON HAGEN, Mark. **Soldiers in the Proletarian Dictatorship: the red army and the Soviet Socialist State, 1917-1930.** Studies of Harriman Institute. Cornell University Press, 1984.